



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA

ALZIRA DO CARMO MENEGUCCI CASAGRANDE
DENISE QUEIROZ DAVID

ORALIDADE E ESCRITA PARA VENCER PRECONCEITOS
LINGUÍSTICOS

BRASÍLIA
2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA

ORALIDADE E ESCRITA PARA VENCER PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS

ALZIRA DO CARMO MENEGUCCI CASAGRANDE
DENISE QUEIROZ DAVID

Projeto de Intervenção Local apresentado à
Universidade de Brasília como requisito
parcial para obtenção do título de Especialista
em Educação na Diversidade e Cidadania,
com ênfase em EJA:

ORIENTADOR: Prof.Dr.Erlando da Silva
Rêses

TUTORA: Prof.^a Alzira Aparecida Diogo
Alvarez dos Santos

AVALIADORA: Prof.^a. Dr.^a. Maria Lídia Bueno
Fernandes

BRASÍLIA
2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA

ALZIRA DO CARMO MENEGUCCI CASAGRANDE
DENISE QUEIROZ DAVID

ORALIDADE E ESCRITA PARA VENCER PRECONCEITOS
LINGUÍSTICOS

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de
Especialista na Educação de Jovens e Adultos

Aprovado em: _____

ASSINATURA

ASSINATURA

ASSINATURA

BRASÍLIA
2010

Agradecemos a todos aqueles que,
direta ou indiretamente, contribuíram
para o aprimoramento deste trabalho.
Aos familiares e amigos, o carinho de
sempre.

SUMÁRIO

1- Dados de identificação dos proponentes:	06
1.1 – Nome(s):	06
1.2 – Turma: “I”	06
1.3 – Informações para contato:	06
2 – Dados de identificação do Projeto:	06
2.1 – Título: Oralidade e Escrita para Vencer Preconceitos Linguísticos.....	06
2.2 – Área de abrangência:.....	06
2.3 - Instituição:	06
2.4 – Público ao qual se destina:	07
2.5 – Período de execução:	07
3 – Ambiente Institucional:	07
4 – Justificativa e caracterização do problema:	09
5 – Objetivos:	21
5.1 – Objetivo Geral:	21
5.2 – Objetivo Específico:.....	21
6 – Atividades e Responsabilidades:	21
7 – Cronograma:	26
8 – Parceiros:	27
9 – Orçamento:	27
10 – Acompanhamento e Avaliação:	27
11 – REFERÊNCIAS:	28

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL (PIL): ROTEIRO BÁSICO

1- Dados de identificação dos proponentes:

1.1 – Nome(s):

- Alzira do Carmo Menegucci Casagrande
- Denise Queiroz David

1.2 – Turma: “I”

Tutora: Profª Alzira Aparecida Diogo Alvarez dos Santos

1.3 – Informações para contato:

Telefones:

Alzira (061-3484-5088 - 9966-9756);

e-mail: alziramenegucci@yahoo.com.br

Denise (061-3393-0447 - 9303-2773);

e-mail: deniseqdauid@hotmail.com

2 – Dados de identificação do Projeto:

2.1 – Título: Oralidade e Escritas para Vencer Preconceitos Linguísticos.

2.2 – Área de abrangência:

O projeto terá por área de abrangência o Centro de Ensino Fundamental 308 de Santa Maria/DF e sua comunidade, sem prejuízo de eventual interação com outras escolas que atendam à EJA e manifestem interesse.

2.3 - Instituição:

A instituição na qual será aplicado o projeto é o Centro de Ensino Fundamental 308 de Santa Maria/ DF, situada na CL 308, Bloco B1, AE, Santa Maria, Sul.

A Instância Institucional de decisão é o Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Educação, do Conselho de Educação do GDF e do Conselho Escolar do CEF 308, escola

sob a direção de Ana Márcia Ribeiro Sales da Rocha e integrante da Diretoria Regional de Ensino Santa Maria.

2.4 – Público ao qual se destina:

O projeto tem por escopo atender aos alunos do 3º Segmento da EJA, no período noturno do Centro de Ensino Fundamental 308, em Santa Maria/DF.

A EJA tem um público diversificado no CEF 308. Uma parte é formada por adolescentes que por algum motivo não tiveram êxito no diurno, ou por fazerem estágio ou mesmo por quererem fazer o ensino médio de forma mais rápida e aí optam pela EJA; outra parte é formada por adultos e até idosos que não tiveram a oportunidade de estudar no período adequado. São trabalhadores e trabalhadoras, na grande maioria, que buscam na escola uma realização pessoal ou uma melhoria em seu emprego, ou ainda, uma capacitação para o mercado de trabalho.

2.5 – Período de execução:

Início: Agosto/ 2010 Término: Outubro/ 2010

3 – Ambiente Institucional:

A realização do projeto acontecerá no Centro de Ensino Fundamental 308 – CEF 308, localizado em Santa Maria/DF. A escola integra a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e pertence à Diretoria Regional de Ensino de Santa Maria. Atende à demanda da comunidade local pelo Ensino Fundamental, nos períodos diurno e noturno, EJA, 3º Segmento.

O CEF308 foi construído em 1994 para atender à comunidade instalada no assentamento criado pelo Governo do Distrito Federal no ano de 1990: Santa Maria. Àquela época, apenas uma escola funcionava no local, mas em situação muito precária.

A construção do CEF 308, então, veio diminuir a carga da outra escola. Atualmente comporta quase 2.800 alunos, distribuídos em três modalidades: Ensino Fundamental – séries iniciais; Ensino Fundamental – séries finais e EJA – 3º segmento, com 927 alunos matriculados. A escola recebe alunos dessa comunidade, de quadras adjacentes e do Condomínio Porto Rico. Assim, toda ação desenvolvida no âmbito do projeto refletir-se-á nessas áreas.

Nos períodos matutino e vespertino, a escola atende ao Ensino Fundamental Regular. No noturno, a alunos da EJA 3º Segmento e, dessa forma, torna acessível a escola àqueles que não tiveram oportunidade na idade própria. A escola usa de uma metodologia ajustada à realidade dos alunos da EJA. Procura respeitar o ritmo, maturidade, bagagem de conhecimento e experiência de vida que ele traz consigo para a escola.

O corpo discente é composto de jovens, adultos e idosos que, em sua maioria, não tiveram sucesso no Ensino Regular ou no Ensino Médio Regular. E as razões por trás das dificuldades passam pela necessidade de trabalhar em horários ou atividades incompatíveis com a atividade estudantil. Eles trazem suas experiências dos mais diversos setores da economia. Somam-se as donas de casa e auxiliares do lar, jovens que servem ao Exército ou à Marinha do Brasil, residentes no DF e entorno.

A grande maioria dos sujeitos da EJA possui baixa renda, fator que dificulta a frequência diária à escola. Há os de horários fixos para os estudos. Outros que laboram em sistema de escala, de modo que há constantes impedimentos para a frequência constante e sistemática dessa clientela à escola. Percebe-se melhor a dimensão da dificuldade dos sujeitos da EJA ao se considerar a obrigatoriedade da presença nos cursos da EJA. A essa altura, importa mencionar que tal imposição legal fez cair o número de matrículas. Verifica-se afastamento por um tempo ou e evasão de alunos ao longo do semestre. Porém, ainda há um número significativo de salas superlotadas.

O CEF 308 de Santa Maria conta também com alunos portadores de necessidades especiais matriculados regularmente na EJA. Para eles, procura-se possibilitar a inclusão nas salas de aula, por intermédio de acompanhamento contínuo do processo de aprendizagem, além de buscar a inserção social por meio do Serviço de Orientação Educacional – SOE.

Experiências relevantes foram realizadas e algumas estão em andamento no CEF 308, tais como o PROERDE; Português/Matemática/Ciências em Foco; Eleitor do Futuro; Projeto Leio e Escrevo meu Futuro 5º ao 9º ano (Parceria com Correio Brasiliense); A hora do conto; Mala de leitura; Viva a Poesia e Conhecendo e Construindo a Identidade Brasileira (Parcerias com a Secretaria de Educação) no diurno e Projeto Educando para Vida no noturno e diurno.

4 – Justificativa e caracterização do problema:

a – Por que o projeto deve ser implantado?

Numa sociedade competitiva e em constante crescimento urbano e econômico a clareza de ideias é fundamental para quem quer se manter atualizado e em condições de competição. Assim sendo, o indivíduo deverá se preocupar com sua desenvoltura tanto oral quanto escrita. A clientela com a qual trabalhamos é o 3º Segmento/EJA, noturno. É comum que já tenha passado por uma série de restrições na vida. E continuam a passar, visto que muitas vezes estes indivíduos são julgados pela linguagem que utilizam no dia a dia, passando até mesmo por situações de discriminação.

Isso ocorre na própria escola, quando alguns alunos fazem brincadeiras de mau gosto por causa do jeito de falar e escrever dos colegas. Essa atitude termina gerando consequências, pois preferem não mais se expor, não mais redigir textos, continuando com possíveis dúvidas, reduzindo o alcance do professor, que terá dificuldade em ajudar este aluno. Tal situação traz prejuízo não só à aprendizagem da Língua Portuguesa, mas a todas as outras, além da vida pessoal e profissional daqueles alunos.

A marginalização linguística impede que tenham conhecimento de documentos vitais do cidadão como, por exemplo, a Constituição Brasileira, leis e contratos de que porventura necessite. Daí a conclusão de que se ele não domina a variedade padrão está alijado dos seus direitos. Sendo assim, como ajudá-los a usar a língua materna nas mais diversas situações? E como mostrar-lhes que não existem erros, mas sim variantes? E, por fim, como acabar com o preconceito linguístico no ambiente escolar? E como tratar do ensino de linguagem sem questionar a função e postura que deve (ou deveria) ter o professor de português ou de outras disciplinas?

Diante dos problemas apresentados, constata-se que a aprendizagem fica ainda mais prejudicada e a convivência social pode ser afetada, uma vez que os alunos poderão enfrentar problemas ao participar de uma entrevista de emprego, vestibular ou concurso, discurso em alguma apresentação, além de situações como o preenchimento de requerimentos em órgãos públicos ou privados.

Acreditamos que o estudo da linguagem oral e escrita pode contribuir para a inserção social dos indivíduos, bem como melhorar sua autoestima. Para isso, a comunidade escolar deverá estar unida na busca de soluções para este problema.

Buscamos atingir não só o público da EJA do CEF 308 de Santa Maria, também outras escolas de EJA que se interessem pelo projeto, pois é uma realidade de toda escola que trabalha com este segmento.

No decorrer do semestre letivo, percebeu-se a dificuldade que os alunos apresentam em redigir um texto e até mesmo uma simples resposta de questionário ou avaliação. Tal dificuldade se dá em razão do não uso de regras gramaticais, morfológicas e sintáticas de forma sistematizada. O que, por sua vez, tem origem no fato de que as escolas deveriam trabalhar aquele conteúdo através da leitura e reescrita de textos, o que não ocorre, gerando um arquivo de dados desconectado do contexto concreto da língua. Por isso, não passa de arquivo, não chega a constituir conhecimento/aprendizagem.

O estudioso Vygotsky (1987), em suas pesquisas procurava entender a relação possível das ideias com o que escrevem ou dizem as pessoas. Defende que a forma como veem o mundo vai depender do jeito como falam. E, uma vez que, tanto no ambiente escolar quanto em tantos outros, é cobrado, de certa maneira, que o indivíduo saiba se expressar de forma escrita e oral, se ele não atende a estes pré-requisitos fica em desvantagem em relação a outros alunos ou candidatos, o que traz frustração, desinteresse e até abandono.

Ocorre uma grande defasagem de conteúdo, a gerar um distanciamento entre as regras gramaticais que o aluno deveria dominar e aquelas por eles apresentadas. Não se pode esquecer que esse aluno já tem uma forma de falar antes de chegar à escola, antes mesmo que alguém lhe dissesse quais eram as regras a serem usadas.

Há também a questão do ambiente no qual vive ou viveu. Mesmo o aluno tendo recebido uma formação na escola ele não consegue, por exemplo, fazer a concordância entre sujeito e verbo. Daí escutarmos expressões do tipo: “nós vai”, “pra mim trabalhar”.

E, além disso, temos a questão do regionalismo, situação na qual os alunos usam palavras próprias de sua região natal, sendo discriminados por colegas e professores. Muitas vezes, eles têm noção de suas dificuldades, todavia não conseguem efetivamente mudar tal realidade, pois existem outros fatores por trás, tais como a falta de motivação e a falta de leitura. Ora, é sabido que esta é responsável também pelo aperfeiçoamento da interpretação, da escrita e do raciocínio.

A grande questão é que, mesmo, sabendo de suas dificuldades não tenta vencê-las, fecha-se e evita fazer leitura em voz alta quando solicitado e, por consequência, não participa das aulas. Isso se dá porque a leitura oral e falada é vista como realização máxima da norma padrão, no seu patamar mais formal, em função do preconceito linguístico que sofrem (Cagliari, 2008).

Essas atitudes se devem à falta de respeito e críticas que ocorrem em sala de aula, por parte dos colegas que se acham numa condição superior de aprendizagem, chegando a

rir, ironizar e “pegar no pé” por um bom tempo. Na verdade, os que discriminam são também vítimas desse processo de “padronização da língua” em nosso país, pois é o que lhes é passado e enfatizado durante toda a vida escolar: os “erros” de portugueses.

A situação é muito bem ilustrada na obra de Bagno (2008), onde os personagens são levados a perceber e respeitar as diversidades da Língua Portuguesa na vida prática. Em Cagliari (2008:155), temos a explicação do porquê do medo de ler em público.

Conforme Bagno (2003:106), “a educação não é de fato um direito do cidadão ou dever do Estado, mas um adorno social, uma espécie de passaporte para os círculos do poder econômico e/ou político”. O que caracteriza como variante linguística a oralidade do aluno da EJA é justamente o uso frequente de determinados erros, os quais acabam por causar a discriminação por parte dos usuários das variantes proferidas pelos chamados “cultos”. Esses “erros” serão considerados maiores quanto mais evidados forem de suas características sociais. Em outras palavras, quanto mais típico de um segmento social for a fala, maior a probabilidade de sofrer preconceito linguístico.

No entanto, se os ditos cultos usarem desses mesmos “erros” na oralidade de seu dia a dia e os incorporarem a sua linguagem habitual, eles deixarão de ser percebidos como “erro”. Um exemplo típico é na concordância verbal quando verbo vem antes do sujeito no plural e acaba ficando no singular: as pedras lisas *rolaram* morro abaixo / *Rolou* as pedras lisas morro abaixo. Por outro lado, aqueles menos escolarizados, quando adquirem maior graduação escolar, terão ainda boa chance de manter em seu vocabulário as formas “muié”, “homi”, “oro”, “pêche”, “poço”.

No livro *A Língua de Eulália* (Bagno1997:88), a personagem, a professora Irene, dá uma explicação às “alunas” acerca do que é a transformação chamada monotongação e quais as suas razões. Aí está a atuação do PIL: levar o aluno a perceber que construções como “nóis vai” ou “eles faz” de sua oralidade podem, através do monitoramento na escrita e reescrita, na leitura de textos, serem facilmente aceitas e não serem mais ridicularizadas por aqueles que se julgam falantes das variedades aceitas, as prestigiadas.

Mesmo professores acabam por exercer uma pressão muito grande sobre o aluno, para que ele elimine de sua fala e escrita aquelas construções. E, às vezes, isso é feito de forma ditatorial. É possível que a maioria dos professores da EJA não conheça os termos ou as diferenciações da linguagem estigmatizada com relação à linguagem prestigiada da língua. Sequer tenham ideia do mal que causam ao rotular seus alunos de caipiras, analfabetos ou afirmar que deveriam voltar para as séries iniciais do ensino fundamental regular. E tais dizeres nefastos chegam a defender que os alunos não deveriam nunca ter voltado para escola, porque não sabem ler e nem escrever, muito embora já estejam no 3º Segmento da EJA.

No entanto, tais professores se esquecem de que até agora os alunos se comunicaram, foram entendidos e entenderam. Nem sempre é uma atitude de maldade a correção do professor, porque é uso corrente que o aluno deveria falar e escrever o mais correto possível dentro daquilo que é ensinado em sala sobre concordância verbal, nominal, regência verbal, nominal, colocação pronominal das gramáticas normativas da língua portuguesa, imposta pelas classes dominantes desde tempo remotos.

A conscientização das potencialidades do aluno da EJA deve abranger não somente o professor, mas também, na maioria das vezes, o próprio estudante. É comum que até ele mesmo se autodeprecie e afirme sua burrice e incapacidade de aprendizagem (Bagno; 2008:73)

Acredita-se possível a mudança dessa visão por meio da elevação da autoestima, o que se pode alcançar por intermédio de um tratamento respeitoso e amoroso por parte da escola. Não se propõe “passar a mão na cabeça” e “deixar rolar solto” em sala de aula, mas de um respeito mútuo que nos faz sentir capaz de tudo, ou seja, acreditar que a educação é libertação dos sentimentos de opressão que até então a língua causava. A ideia é defendida por Paulo Freire, defensor da Educação como prática de liberdade.

Não se quer separar os que falam da maneira dita errada dos que se auto proclamam corretos, linguística e gramaticalmente. Ao contrário, a proposta é trabalhar a necessidade de que tomem posse da língua materna usada por ele, aquela na qual ele nasceu e por aqueles que o rodeiam como algo que tem poder de inclusão e não de exclusão, como acesso às melhores e mais dignas condições de vida.

É o que vimos nos filmes *Escritores da Liberdade* (2007) e *Mentes Perigosas* (1995), nos quais a leitura de obras literárias permitiu a releitura das histórias e possibilidades de mudança dos personagens e até mesmo no documentário, *Rap, o canto da Ceilândia*, deixa claro isso. É inegável que só se deseja esse acesso, o do domínio da língua padrão, se ela também permitir fazer parte do grupo dos poderosos social, econômica e politicamente. A mudança radical para um status de usuário da língua portuguesa em sua forma culta ou ainda para as variedades urbanas de prestígio é extremamente difícil para a maioria dos brasileiros, em especial para os oriundos de classes sociais menos favorecidas, porque para estes o acesso e permanência na escola é pequeno, em torno de 65%.

Dentre esses motivos, é possível citar a ideia de que português é muito difícil ou não é bom em português, não tem cabeça para tudo isso. Some-se o fato de precisarem trabalhar muito jovens. Nada será possível realizar em sala se não houver da parte do professor uma nova visão sobre o aluno da EJA e não é só do professor de português, mas de todas as áreas. Assim será possível encarar o aluno como um todo e não, partes. Usando de uma

citação de Bagno (2009), chegamos à conclusão de que é necessário que sabotemos o preconceito a partir de nossa formação e da nossa informação.

b – Qual a importância/questão para a comunidade local?

A construção de uma verdadeira sociedade democrática se faz com respeito às diferenças e a inclusão do aluno da EJA no mundo da escola, do cinema, do teatro, dos livros, da biblioteca, ou seja, daquilo que é seu direito. Diante dos problemas apresentados constata-se que a aprendizagem fica ainda mais prejudicada e a convivência social pode ser afetada, uma vez que os alunos poderão querer fazer uma entrevista de emprego, um vestibular ou um concurso, um discurso em alguma apresentação, além de situações como o preenchimento de requerimentos em órgãos públicos ou privados.

É uma outra questão que deve ser observada, pois poderá trazer prejuízo a estes alunos não só na disciplina de Português, mas em todas as outras matérias, para a vida pessoal e profissional. De acordo com Cagliari (2008), no ensino de Português é fundamental e imprescindível distinguir três tipos de atividades ligadas respectivamente aos fenômenos da fala, da escrita e da leitura. São três realidades diferentes da vida de uma língua, que estão intimamente ligadas em sua essência, mas que têm uma realização própria, independente do uso que se faça de uma língua.

E a maior preocupação é com a autoestima desses alunos. Por isso, o interesse em minimizar e, até mesmo acabar, com os preconceitos dentro da escola, e ao mesmo tempo contribuir, para que eles tenham a clareza de como utilizar a língua e em que locais, expressando-se e portando-se adequadamente em cada ocasião.

Segundo Luis F. Veríssimo, numa entrevista dada a alunos e transcrita na obra de Bordini, Maria da Glória, (1982), "escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo", pois o que importa é que a comunicação se efetue. E como se comunicar, se não foi ensinado? Aí está o X da questão. Mesmo tendo ido "à escola para aprender", desde pequeno a criança já sabe usar as regras naturais de uma gramática inata, interior, dos falantes da língua. É uma questão de uso. Ela é autodeterminada pelos seus usuários, pelos seus falantes e somente o costume pode delimitar o que é certo ou errado, não os livros de Gramática Normativa da Língua Portuguesa.

O preconceito linguístico sofrido pelo aluno da EJA será minimizado se habituarmos nossos alunos a falar claro, escrever claro, por meio das estratégias que usaremos no nosso PIL, de modo eficiente, utilizando com desembaraço e prazer seu bem pessoal mais íntimo: a Língua (Luft;1985:74).

Por intermédio do PIL, constrói-se com o aluno a consciência da importância de estudar, praticar e desenvolver-se e não se ater as regras de Gramática que enchem folhas e folhas de caderno sem dizer-lhe nada, pois foi dito e ensinado, lá no antigo primário, hoje, ensino fundamental regular, que ele começou errado, porque lhe disseram que iria aprender a escrever bem se decorasse as regras da gramática ao invés de praticar a língua por meio da leitura e da escrita e reescrita do texto lido. O que não tem nada a ver com memorização de regras de linguagem (Luft; 1985:62,63).

O PIL propõe leituras, comentários, análise e interpretação de textos relacionados ao tema que foi lido. Também a análise das pesquisas trazidas para a escola com exemplos de frases encontradas em muros, cartazes, placas, outdoors, folders, carroças, carros, caminhões, comércio e de outros em que a língua escrita está diferente dos padrões aceitáveis da língua. Tudo isso levará o aluno a perceber suas próprias dificuldades na escrita, ortografia, concordância, regência, coerência e coesão usadas nos textos por ele produzidos.

O importante é fortalecer a pessoa no uso da língua tanto oral quanto escrita. Para firmar o aluno no conhecimento/aprendizagem da língua não é decorar regras ou fazer exercícios de análise sintática e/ou morfológica sem objetivo claro e definido (Bagno;2009:85). Porque o conhecimento da língua oral ele já traz consigo, é prévio à sistematização da escola. A premissa merece crédito até porque se o aluno não trouxe nada em sua bagagem oral, não haverá o que sistematizar na escrita em sala de aula. A segunda etapa é tornar a pessoa um usuário racional, planejado, premeditado da língua. Apossar-se do uso da língua, primeiro moralmente, e, conseqüentemente, no intuito de um meio social.

A norma padrão deve ser o ideal de língua de todo falante. Porém, a norma padrão não é real na prática, no dia a dia. Na realidade, todo e qualquer falante quer e precisa chegar ao ideal da língua, ou seja, o mais próximo possível da norma padrão. Ao longo de sua vida, o falante incorpora expressões de uma linguagem que mais se pareça com a culta, numa tentativa de melhorar sua maneira de falar e escrever e, em decorrência disso, ser aceito em determinados lugares.

Num país como o Brasil, onde só chamamos de cultos aqueles que terminam o nível superior, podemos encontrar essas mesmas pessoas, em determinados momentos de seu cotidiano mudarem de registro linguístico (Bagno; 2008), para poder se relacionar num grupo em que não tenha a mesma escolaridade que eles.

O PIL quer levar o aluno da EJA a perceber a importância do acesso a uma língua mais culta ao longo de sua vida, por meio do estudo, ou seja, da escolaridade. Quanto maior ela for, melhor será a sua posição de usuário, podendo transitar entre grupos em que há um nível mais culto de linguagem. Por isso é de suma importância que todos os falantes tenham

acesso à escola e à norma culta, pois é o que lhes dará condições de escolher que variedade ou estilo usarão no contexto em que estiverem inseridos.

A variedade de línguas padrão ou não padrão e a diversidade de falares que há entre uma e outra, não têm o condão de transformar cada uma dessas categorias em outro idioma. Ao contrário, em sua variedade, constituem uma só língua, um conjunto único de regras para o uso dessa língua que hoje podemos chamar de portuguesa brasileira.

Contudo, ninguém, nem mesmo o indivíduo mais culto, obedece/pratica o padrão culto por completo, porque há o real e o ideal da língua. A variante não padrão é usada pela grande maioria das pessoas. É o real da língua. E a padrão é o ideal, seria o correto. Pode-se afirmar aqui o mesmo que a personagem Irene à Verinha, uma de suas alunas (Bagno; 2008:159), “A norma padrão é o ideal de língua, uma abstração”. É o molde. E, se não seguir o molde, você estará errado, fora do padrão.

Não se pode esquecer que tanto uma quanto a outra, ora se aproxima, ora se distancia da língua real. O contato com a raiz de cada uma das palavras usadas oral ou escrita é sempre a mesma. A evolução, assimilação ou a analogia do uso e no uso da língua se encarregaram de transformar, criar, sumir com vogais, consoantes, nasalizações, acentos. Contudo, a língua usada como base para toda a compreensão do que nosso aluno fala ou escreve é a língua portuguesa brasileira que necessita de fato ser de inclusão no meio em que vive e no que deseja viver, mesmo porque todo problema do preconceito linguístico, vivido por este aluno da EJA, está relacionado às desigualdades sociais.

É possível perceber neles a região de onde vêm, se tem contato com a escola ou com escolarizados e ou se há um afastamento muito maior de uma língua mais culta. À medida que vai tendo contato com uma variante diferente, sente a necessidade de mudança. Não só pela pressão exercida pelos colegas ou pelo trabalho ou aceitação no meio onde está inserido, mas porque a escola lhe propicia uma visão sobre si mesmo. O nosso PIL visa essa transformação de forma respeitosa e amorosa, porque senão não haverá a tomada de consciência de que ele também é legítimo dono da língua que ele usa.

As inovações linguísticas de hoje serão aceitas dentro de um padrão mais culto, num determinado tempo não muito longe, isto é, o certo de hoje foi errado um dia (Bagno, 2008:168). Exemplificando aqui, podemos citar o caso das proparoxítonas que acabaram se tornando paroxítonas no português não padrão: árvore se torna “arve”; fósforo em “fosfro”, tábua em “tauba” ou até da assimilação de caranguejo para “carangueijo”, de beneficente para “beneficiente” ou então de almoço (substantivo) para almoço (verbo); jogo (substantivo) para jogo (verbo) na analogia. Vale registrar que, não raras vezes, o excesso dessas correções ortográficas acabou por expulsar o aluno da escola.

A partir do respeito às variantes linguísticas e dos usos linguísticos novos dentro das escolas como algo aceito e incluído na disciplina de português podemos minimizar o abismo que há entre o padrão linguístico tido como ideal e uso ideal da língua.

O professor não pode se deixar levar pelos rótulos de que bom professor é aquele que ensina gramática sistematizada, cobra memorização de verbos, colocação pronominal correta, etc., mas levar em conta o que seu aluno traz para a sala de aula em sua bagagem linguística, ressaltando e valorizando sua linguagem, porque se isso não acontecer, o preconceito contra a enorme variedade de falares no Brasil continuará.

Um bom exemplo é o uso do 'mim', que é objeto indireto, sendo usado como sujeito pelos falantes de variantes: "é para mim fazer a prova". E que passou a ser aceito pelo usuário mais culto.

O grande salto do aluno é perceber que existe a outra forma do eu como sujeito mais o verbo no infinitivo: "é para eu fazer a prova", como a que tem aceitação e valor social, determinado pelo tipo de sociedade em que vivemos e que o "mim", falado como sujeito, também é gramaticalmente lógico e correto (Bagno, 2008:186).

Toda a problemática da não aceitação das variedades de falares reafirma a negação da pessoa como valor que ela é e também perpassa pela negação de seu modo de falar (Bagno; 2009). Aqui podemos citar que combater todo e qualquer tipo de discriminação e preconceito é lutar pelos direitos humanos.

O nosso PIL não quer afirmar e nem fazer apologia à ascensão social através do uso da norma padrão que o nosso aluno poderá ter, porém levá-lo a perceber que ela o faz excluído socialmente, o separa e o segrega em sua classe social vivida e que ela é um poderoso cercado que impede as pessoas de terem acesso ao poder.

Uma nova proposta de ensino da língua portuguesa brasileira nas escolas públicas revolucionou os meios acadêmicos com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), onde a variação linguística não fica de lado.

Essa abordagem é uma arma contra o preconceito linguístico que gera tanto mal em uma sociedade como a nossa, de uma divisão de renda tão injusta. Também o Programa do Livro Didático (PNDL) traz uma nova forma de trabalhar com as variedades, porém ainda há aqueles, os vigilantes da língua que insistem em suscitar fórmulas castradoras da criatividade do aluno, numa tentativa de manter viva uma ideologia de língua arcaica e discriminatória (Bagno; 2008:210). A entrada na cultura letrada, o ato de ler e escrever textos diferentes é que dará o letramento ao aluno da EJA e isto só acontecerá se tiver acesso às normas linguísticas urbanas prestigiadas. E não é porque é considerada como língua certa, mas porque é direito do aluno para que possa ser incluído completamente na vida urbana atual em que ele vive, no nosso caso, no DF, para poder acessar a bens

culturais mais valorizados, expressando-se verbalmente no mesmo nível daqueles tidos da elite.

Quanto mais ele convive com essa linguagem na escola mais condições de interação social será possível de se ter. A educação de sala de aula lhe dará uma melhor compreensão de obras clássicas de forma crítica e não acreditará que a leitura é um castigo. A reflexão linguística levará, professores e alunos, a uma visão da língua como algo vivo e mutável, como identidade cultural e que ela varia tanto quanto varia a sociedade.

c – Existem outros projetos semelhantes sendo desenvolvidos na área de abrangência e/ou na área temática do projeto?

A escola desenvolve todo semestre projetos na área de Códigos de Linguagem, Ciências da Natureza e Ciências Humanas há, pelo menos, três anos. No último semestre de 2009, trabalhamos com o tema “A arte da convivência”. No primeiro semestre de 2010, desenvolvemos o tema “Educando para a Vida”.

d – Quais os benefícios político-econômicos, sociais e educacionais a serem alcançados pela comunidade e os resultados para a região?

A comunidade em geral será beneficiada com os resultados, pois o domínio da linguagem serve para transformar a realidade vivida, porque se não for para isso será somente mais uma forma de submissão, já que a aquisição do conhecimento permite ao aluno da EJA obter emprego ou um emprego melhor do que já tem. Possibilita também uma visão crítica e transformadora da realidade que o circunda, capacitado para ser atuante no seu meio.

A maior preocupação é com a autoestima desses alunos. Por isso, o interesse em minimizar ou até acabar com os preconceitos linguísticos dentro da escola e, ao mesmo tempo, contribuir para que eles tenham a clareza de como utilizar a língua e em que locais, expressando-se e portando-se adequadamente em cada ocasião.

e – Quais os referenciais teórico conceituais que poderão auxiliar no enfrentamento do problema/questão?

Dentre as diversas formas de ação, iniciaremos o projeto com a leitura de música e poemas que tratam de preconceito e da diversidade linguística, do regionalismo para

mostrar aos alunos como nossa língua é dinâmica e muda ao longo do tempo e, mesmo assim, as pessoas se comunicam e se entendem.

Uma outra ação a ser desenvolvida é assistir aos filmes “Escritores da Liberdade”(2007), “Mentes Perigosas”(1995) e o documentário “O Canto da Ceilândia” (2005), dos quais faremos inferência à questão dos vários tipos de preconceito e da autoestima, debatendo com a turma o tema. A produção dos textos dos alunos será do tema discutido e, posteriormente, serão feitas observações sobre os recursos linguísticos utilizados. Também haverá atividades em grupo para um bom relacionamento entre os membros, bem como o alcance dos objetivos propostos do projeto, obtendo-se um crescimento individual e coletivo.

Segundo a Psicopedagoga Alícia Fernandes (2007:14), ao adentrarmos nos acontecimentos diários dos nossos alunos, por meio da afetividade, relação necessária para que maiores e melhores resultados aconteçam, poderemos transformar o mundo a nossa volta e eles, o deles. Ainda de acordo com ela, “a exclusão ou a inclusão do afeto em todo e qualquer processo educativo define-se a aula (ou projeto como é nosso caso), será realmente para aprender ou apenas para passar nosso tempo”.

O PIL não deseja tornar o aluno da EJA um “expert” da língua, mas levá-lo ao conhecimento de que sua produção oral ou escrita sempre estará sujeita a avaliação como positivo ou negativo e é possível minimizar a discriminação e o preconceito que sofre por sua forma de falar ou escrever. Cabe ao professor de português mostrar como funcionam as variantes linguísticas e sua história ao longo do tempo e que, como professor, deve respeitá-lo como usuário de uma variante e não usar de preconceito.

Palavras como “ingrêis”, “paia”, “zóio”, “falta”, “probrema”, “despois”, “dereito”, “adevogado”, mesmo sendo formas arcaicas, continuam a ser usadas por aqueles de classe social baixa ou por terem vindo da zona rural ou de cidade do interior ou por terem menos escolaridade. Elas geram mal estar ao falante, provocando a introspecção em sala ou a evasão da escola, pois os de centros urbanos mesmo que sejam moradores das periferias, acabam fazendo chacota do usuário daquele tipo de linguagem (BAGNO; 2008). É certo que a oralidade usada por ele na variante é diferente da ortografia aceita como correta.

Por meio da reescrita de sua produção para a norma culta, espera-se a conscientização da existência das regras da norma padrão. Espera-se que a tomada de conhecimento gere responsabilidade. Há necessidade do aluno conhecer outras opções da língua no caso da norma padrão (BAGNO; 2003:151):

“E é ao falante/escrevente bom conhecedor das opções oferecidas pelo idioma que caberá fazer a escolha dele, elege suas opções mesmo que elas sejam menos aceitáveis por partes de membros de outras camadas

sociais diferentes da dele. O que não podemos é negar a ele o conhecimento de todas as opções possíveis”. (BAGNO; 2003:151).

Mediante isso, é preciso se perdoar gramáticos que ainda colocam em suas gramáticas que o uso do pronome *e/le*, como objeto direto, deve ser hoje evitado. São ideias de quem crê que a gramática padrão usada pelos cultos ou eruditos da língua seja o ideal dela.

Ele pode encontrar no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2002), que esse mesmo “pronome *e/le* é perfeitamente normal, aceitável no português do Brasil como variante informal do idioma, contudo renegado pela gramática normativa: “Comprei ele hoje / Eu o comprei hoje. Ao colocar isto em prática é o que o valorizará como usuário da língua informal não precisando de ninguém para lhe dizer se pode falar deste ou daquele jeito.

Segundo Libâneo, o conhecimento é que possibilita a liberdade intelectual e política para que possam julgar informações e tomar decisões livres. O que interessa ao capitalismo mundializado é o lucro e a competitividade. Conseqüentemente, os excluídos, esses sujeitos de EJA, que são nossos alunos, não estão nessa lista, pois grupos sociais empobrecidos são privados do direito à educação e a tantos outros, porque o que importa é a sua produtividade e não sua história de usuário de uma língua que precisa ver sua variante usada e respeitada para conseguir ter acesso ao mercado de trabalho.

Quando tivermos políticas que consigam desenvolver ou estabilizar a economia brasileira e que tenham por objetivo a distribuição de renda, que possibilite um maior crescimento social do país, com certeza refletirá no ensino da língua materna (D. Lucchesi, 2002; 89). Certamente esses indivíduos que estão na EJA farão parte dos bem sucedidos e terão sua oralidade e sua escrita aceitas como corretas, certas.

A mudança de uma língua padrão anterior normativa para uma língua informal, chamada de língua portuguesa brasileira, se dará a partir do momento em que as classes dominadas tiverem respeitadas a variante linguística que usam. Enquanto a língua das classes dominantes se tornará desprestigiada, porque essas classes não estarão mais no poder.

Não se quer fazer correções tradicionais, do tipo “isso é errado” ou “isso não pode” porque reforçaria no aluno a ideia errada de que o que ele escreve é mesmo sem valor do ponto de vista do padrão culto, inalcançável para ele. Para alguns, chegaria ao ponto de se convencer de que o correto uso da ortografia ou concordância “não é para eles’.

E é certo que sofreríamos retaliações por parte dos guardiões da língua formal. Não estamos do lado dos linguistas e nem dos puristas da língua. Magda Soares (1986:78 in Bagno;2003:186), e também Ataliba Castilho, Coordenador do Projeto Científico da Gramática do Português Falado (in Bagno,2003:184), reafirmam a ideia da necessidade de

se passar ao aluno o modo culto da língua oral e escrita. Todavia, se a gente ficar somente no ofício de ensinar regras da língua oral e escrita culta, obrigaremos o aluno a permanecer em uma pobreza desoladora.

Não há o certo ou errado nas construções do aluno da EJA, mas as contingências sociais é que acabam reforçando essas ideias de certo e errado. Porém, é a classe de prestígio que acaba ditando as regras na sociedade, ou seja, como a maneira de alguém vestir, a música que deve escutar, o lugar que deve frequentar e, conseqüentemente, ditas variedades linguísticas que serão aceitas ou não.

Ao tentar dominar as formas padronizadas, daremos aos alunos da EJA condições e capacidades de usar as mesmas ferramentas de luta das classes socialmente privilegiadas e economicamente letradas e não é só na escola que esses atributos se efetivaram de fato, já que é público e notório que só se aprende a ler e a escrever, lendo e escrevendo.

A aquisição do conhecimento não vai impedi-lo de sofrer a discriminação e o preconceito por outros motivos como a cor da pele, opção sexual a raça, a procedência geográfica, a opção religiosa e muitos outros serão motivos que o levarão a ser visto de forma diferenciada enquanto permanecer nas camadas sociais inferiores.

Tanto a Linguística Pragmática como a Análise do Discurso ou a Sociolinguística vêm em favor de nosso projeto quando a primeira nos diz que o uso de certos falares manifestam a cultura e a filosofia de vida do aluno da EJA e também o preconceito; já o segundo nos diz que pessoas diferentes produzirão textos diferentes e ao analisá-los encontramos unidade, estruturas e tipos de discurso como a coerência, a coesão, a argumentação e a criatividade de cada um dos produtores de textos. Também a Sociolinguística tem papel importante na conclusão do PIL, pois queremos minimizar o preconceito linguístico em salas da EJA, carregada da diversidade de falares e desigualdades sociais.

E o preconceito é social, contudo se manifesta em vista a fatos linguísticos. Logo, para Cagliari (2008:48), "ensinar português nas escolas é uma forma de promoção social"; é a escola que deve levar o aluno a compreender o mundo em que vive, o seu grupo, a sociedade em que está inserido e o que ela espera de cada um, mais precisamente, linguisticamente, e também o que podemos fazer ao usar esta ou aquela variedade de língua.

A discussão do problema da variação linguística os levará a perceber os diferentes dialetos, falares ou por que são diferentes e o que representam na formação da estruturação da língua ou como a sociedade reage a essas variações e as conseqüências na vida do aluno.

Ao proceder assim, ensinando a verdade das diferenças linguísticas por geração a geração, a sociedade será obrigada a encarar de frente tais fatos e elas serão aceitas e,

consequentemente, passarão a ter uma relação mais adequada com as diferenças linguísticas (CAGLIARI, 2008).

5 – Objetivos:

5.1 – Objetivo Geral:

Democratizar o uso da língua ao reconhecer que outras formas usadas pelos falantes da língua portuguesa brasileira têm valor;

5.2 – Objetivos Específicos:

Analisar as situações de oralidade e escrita em sala de aula;

Compreender até que ponto os alunos sofrem preconceito linguístico na escola e nos diversos setores da sociedade;

Eliminar situações de discriminação no ambiente escolar;

Identificar e entender informações em texto de outras linguagens de padrão mais culto;

Identificar quais são os maiores problemas enfrentados pelos alunos no que se refere à expressão oral, no dia a dia escolar;

Impedir o uso da língua como fator de continuidade de uma sociedade excludente como a brasileira;

Melhorar a autoestima dos alunos;

Minimizar ou extinguir o preconceito linguístico na escola;

Orientar os alunos em relação ao que é aceitável na língua coloquial, quando e onde pode ocorrer; mostrar-lhes que não existem erros de português;

Perceber em atividades e trabalhos escritos situações de “discordância” linguística;

Promover uma maior socialização entre os próprios alunos e desses com os professores;

6 – Atividades e Responsabilidades:

E, para mobilizar os alunos, iniciaremos o projeto com textos motivadores, que levem a questionamentos; produções de texto, pelas quais os próprios alunos observarão o que precisam melhorar; atividades que primem pelo respeito e valorização do próximo, das diversidades e origens; trabalhos de campo em que os próprios alunos irão observar e registrar o que a sociedade apresenta em relação às variantes linguísticas.

Ainda sobre estratégias, podemos usar textos escritos numa variedade de português. Após lerem, analisarão e encontrarão palavras ou construções que irão considerar estranhas, erradas, ou seja, diferentes.

O passo seguinte é levá-los a traduzi-las para o que é aceitável como certo por uma língua dita ideal e serão levados a perceber a palavra na forma mais ideal na busca do conhecimento da língua. Depois as usarão na produção de textos para a fixação.

Não queremos mostrar as diferenças da variedade não padrão, a popular, as marginalizadas, as que sofrem o preconceito do que é considerado padrão, norma oficial, a prestigiada. Mas sim lançar uma nova visão às variedades usadas pelo aluno da EJA, na tentativa de que perceba que a usada por ele tem história e fundamento e, por isso, pode e deve ser usada. Ao mesmo tempo, mostrar-lhes outras possibilidades da língua a partir do que pratica, pois a escrita não deve ser uma prisão, a escrita nada mais é do que a representação gráfica do código oral.

Toda problemática das variantes linguísticas não pode e não deve ser vista como algo da disciplina de português, mas também das outras áreas do conhecimento, pois se deixarmos de ver na outra disciplina o papel que representa no dia a dia escolar e ao longo da vida do aluno estaremos tirando dele as condições de entender, compreender, interpretar e inferir nos / dos textos de cada área. A tentativa de fazê-lo entender cada tipo de texto de uma linguagem mais culta só acontecerá se este mesmo texto for “traduzido” para a oralidade usada por ele, ou seja, respeitando as variantes linguísticas e, não reforçando que ele não sabe, porque não é capaz de entender aquela matéria, como a matemática ou física ou filosofia ou história.

Pode-se aplicar ao ensinar não só português em sala, mas também a matemática, química, física, história, geografia, sociologia e outras, a colocação que Marta Pereira Scherre fez numa entrevista dada num site do Google sobre preconceito de que:

“entender e dominar conscientemente o que está por trás do uso da língua, no sentido estrutural do termo é tão interessante e importante quanto dominar os mecanismos de leitura e de produção do texto escrito de forma crítica e criativa”.

Por não se respeitar nem levar em conta a forma como o aluno fala, sua oralidade, sua história, acaba-se trabalhando com uma linguagem mais culta em textos, enunciados nas disciplinas das humanas ou das ciências da natureza, provocando a dificuldade em entender o que se pede. O professor de matemática dirá que o aluno não sabe ler, escrever, interpretar e o professor de português dirá que é ele que não sabe ensinar matemática e qualquer outra área de aprendizagem também poderá dizer a mesma coisa.

Se cada professor levar em conta a variante linguística do aluno não como quem fala errado ou escreve errado, mas como parte de sua língua, trabalhará primeiro a leitura dos

textos, até que se perceba no texto, no enunciado, situação problema com seu próprio vocabulário, ou seja mudando oralmente o texto para que fique mais acessível, usando a linguagem do aluno para que consiga compreender o que é dito, pois a leitura é decodificação da escrita, num processo de atribuição de significados para esses códigos decodificados .

Com certeza a repetência, a evasão ou o abandono por um tempo da escola ou até pela baixa autoestima diminuirá se a dificuldade em português, matemática, física, química, deixar de ser parte e culpa do aluno por ele usar uma variante linguística que não é ideal. A escola quer ver usada em qualquer situação a variante padrão socialmente prestigiada não importando a situação. A negação de que a sociedade é constituída de heterogeneidade linguística é também a negação da oralidade e a escrita de qualquer pessoa.

Então por que não permiti-la estar nas escolas, possibilitando ao aluno entender, compreender e interpretar um texto de qualquer área em sua variante linguística? Baseado no pressuposto de que a leitura é mais importante que a escrita (Cagliari, 1997) o aluno chegará à percepção da escrita e da oralidade mais ideal, por meio de sua percepção da forma como fala e como escreve, lendo todo e qualquer texto. O mesmo acontecerá com a compreensão, a interpretação e o reconhecimento dos significados do texto de português ou de qualquer outra disciplina, porque ao lê-lo percebe seus significados e que os levará a compreender e a praticar os usos sociais da leitura e da escrita.

Toda facilidade ou dificuldade em qualquer área do conhecimento para o aluno da EJA está na maneira como lidam com a linguagem de qualquer tipo de texto. Segundo Cagliari (2008: 26, 27), com relação à matemática, o aluno de EJA sabe processar as operações aritméticas (somar, dividir, multiplicar e subtrair), porém tem dificuldade não nas contas, mas no que deve fazer com os números porque não entende, não compreende o que o texto diz, já que a linguagem usada está longe da sua oralidade e da sua escrita diária. Esse tipo de dúvida persiste em todas as áreas. Cabe ao professor de matemática física, química, filosofia, sociologia e outras ter o compromisso como educador de “explicar corretamente as regras do jogo para o aluno, isso é, deverá ensinar-lhe como interpretar uma situação problema em primeiro lugar, como lê-lo, como descobrir as relações ocultas entre os números que permitem a ela ter seu verdadeiro sentido” (Cagliari, 2008: 27).

As disciplinas da ciência da natureza exercem um poder de dominação sobre o aluno por meio da linguagem que é usada nessa matéria, porque a escola centra nos números e esquece a linguagem do próprio texto, e, principalmente a do aluno. Ao explicar, interpretar, traduzir situação problema para/com o aluno, ele chega ao final dizendo: “Então é isso? Era só isso? Isso eu sei fazer”. Por exemplo, um aluno nosso voltou à escola porque foi promovido na metalurgia onde trabalha como torneiro mecânico, porém não conseguia

compreender as instruções de como operar a máquina. Sabia fazer a peça, mas a linguagem era incompreensível. Tendo chegado à conclusão de que precisava voltar a estudar “português” para poder entender o que o texto dos prospectos dizia. Por meio da leitura, interpretação, da aquisição vocabular e da percepção de sua linguagem na outra linguagem ele se sentiu bem mais autoconfiante.

Ao se ler um texto dessa área há a necessidade de se perceber a maneira de se ler os números, imprimir ritmos diferentes na fala, porque levará o aluno a assimilar diferentes possibilidades de raciocínio, de cálculo do e no texto. O mesmo acontece nas e para as disciplinas de ciências humanas.

Uma definição para o objetivo do ensino da língua portuguesa em todas suas formas como instrumento para facilitar e possibilitar a aprendizagem, o conhecimento do aluno em qualquer disciplina e qualquer assunto que ele deva ter está em Cagliari (2008: 28):

É mostrar como funciona a linguagem humana e, de modo particular, português; quais os usos que tem, e como os alunos devem fazer para entenderem ao máximo ou abrangendo metas específicas, esses usos nas suas modalidades escrita e oral, em diferentes situações de vida. Em outras palavras, o professor de português deve ensinar aos alunos o que é uma língua, quais propriedades e usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos linguísticos nas mais variadas situações de suas vidas.

Segundo o depoimento de um professor de matemática dado a nós, os alunos dele entendem pouco, porque leem pouco e daí a consequência é a dificuldade de interpretação, acarretando grandes e graves problemas no estudo da matéria, pois na hora de passar da linguagem escrita para a linguagem matemática, a interpretação do texto (a situação problema) é fundamental.

Quando se lê um problema matemático, notamos claramente que ele nos fornece dados, às vezes, em forma de valores, ou afirmações, negações, até mesmo suposições que conduzem a um objetivo a ser alcançado. Então de posse desses e sabendo o objetivo passamos da linguagem escrita para a linguagem matemática, que para nós nada mais é equacionamento da situação problema. Essa passagem, ou seja, a interpretação, é fundamental para a resolução do enunciado, do problema. Daí para a frente é raciocínio matemático puro, isto é, só cálculos. Aqui já se trabalha com outra área, uma outra ciência, tão importante e bela quanto nossa língua.

Porém, a linguagem escrita é a origem de tudo, se não lemos bem, não entendemos bem o que torna impossível prosseguir nas disciplinas exatas. Como já foi dito, é muito comum um aluno dizer ao professor dessas áreas o seguinte: “Ah, professor, era só isso? Eu sei fazer isto aí” ou ainda: “Eu não sabia que era assim que o senhor queria”. Ele quer dizer que sabe resolver a equação já pronta, mas não consegue escrevê-la, ou seja,

interpretar o problema e equacioná-lo. Ele conclui dizendo que o aluno sabe matemática, sabe calcular, todavia não lê nem interpreta bem o que lê.

O nosso aluno de EJA acaba não resolvendo as atividades propostas pelas áreas de exatas, não porque não saiba, mas porque não sabe ler o enunciado dos problemas, pois certamente não entende mesmo é o português que lê (Cagliari, 2008: 148).

Ele não foi treinado formado para isso desde as séries iniciais da escola primária. O professor de português deixa para o professor de matemática, pois acredita que deva ser obrigação dele de ensinar matemática por outro lado o professor de matemática deixa para o de português, porque acha que o aluno já sabe desde as séries iniciais como ler e interpretar naquela linguagem de padrão culto que a escola cobra, porém por não ter sido respeitado a sua vida toda de estudante na sua forma de falar, principalmente, e também de escrever continuará num círculo vicioso do brincar que ensina e de brincar que se aprende.

A escola precisa ensinar os alunos a ler e a entender não só as palavras as histórias das antologias, mas também os textos específicos de cada área, as instruções de como fazer algo. Ler sequências de números de maneiras diferentes dependendo daquilo a que ele se refere, porém usando uma linguagem acessível (Cagliari, 2008:149).

Se cada professor ensinar na linguagem que o aluno usa, fazendo com que ele se veja como usuário de uma língua num texto de qualquer disciplina será mais fácil para ele entender e aprender português, matemática, física, química, sociologia, história e etc.

Primeiramente distribuiremos um texto sobre o preconceito racial para leitura e interpretação, após leitura silenciosa e oral os alunos debaterão as ideias do texto e será finalizado com a leitura de uma música de Gabriel Pensador, "Preconceito é burrice". Na segunda etapa, assistiremos ao filme Escritores da Liberdade (2007:USA) e Mentas Perigosas (1995:USA) e ao Rap o canto da Ceilândia (2006: BR), e, posteriormente, uma discussão sobre o que assistiram. Em seguida, elaborarão, em sala de aula, uma dissertação, usando como tema o preconceito de modo geral. Recolheremos os textos para correção.

Na terceira etapa, os textos corrigidos servirão para que os alunos observem as correções e reescreveram os mesmos com as devidas correções. Daremos exemplos retirados dos textos onde ocorreu um distanciamento entre fala e escrita e entre a linguagem coloquial e a linguagem mais ideal.

Algumas posturas do professor/mediador ajudam o aluno na hora da produção dos seus textos como, por exemplo, circular por entre as carteiras (Revista Época,2010:119), tirando dúvidas, já que alguns são mais tímidos e não pedem ajuda. Ao passar por eles também se percebe como estão indo no texto. O andar por entre as carteiras serve também de ajuda na hora de interpretação do texto ou nas discussões do tema proposto: o

preconceito de uma forma geral. A discussão dos temas servirá para facilitar a produção do texto, ou seja, da redação (Revista Época, 2010:119).

Depois disso, analisaremos textos de revistas e jornais observando as situações já mencionadas recortando-os para uso posterior. Na quinta etapa, os alunos registrarão por meio de fotos, colagens, textos de panfletos, placas, revistas, carroças, muros, outdoors, jornais, anúncios publicitários e folders que contenham “erros”.

Na sexta etapa, registraremos os regionalismos encontrados nas falas de pessoas de diferentes estados, em sala de aula, outro no meio em que vivem os alunos, por meio de entrevistas gravadas ou escritas. Serão apresentados por meio de vídeos, com comentários sobre o que eles destacarem. Por fim, será feita uma apresentação com o material coletado para se expor, por meio de fotos e gravuras a cultura de vários estados brasileiros, mostrando, assim, as variantes linguísticas desses lugares, além de valorizar as origens dos alunos.

Haverá também a apresentação de RAP com letras produzidas pelos alunos sobre a nossa língua, as dificuldades de aprendizagem e os erros gramaticais acentuados por aqueles que se julgam mais cultos. A escola toda será convidada a participar deste momento.

As atividades propostas serão coordenadas pela professora Alzira do Carmo Menegucci Casagrande e pela professora Denise Queiroz David, professoras de Português, autoras do projeto, e gerenciadas pela Coordenadora do noturno, Professora Adriana Alves Ramos e a Supervisora Pedagógica, Surama Aparecida de Melo Castro do CEF 308 Santa Maria /DF.

7 – Cronograma:

O projeto será realizado no segundo semestre de 2010, de Agosto a Outubro, em dias a serem ainda ajustados no interesse e conveniência da direção do CEF 308, porém ele será trabalhado todos os anos no 3º Segmento da EJA do CEF308, nesta mesma época enquanto for necessário. Já a tentativa de mudança de linguagem padrão para uma mais acessível, oralmente, para melhorar a compreensão do que diz os textos das outras áreas do currículo, será a partir do segundo semestre do ano corrente não só para a EJA, mas também no ensino regular diurno da escola onde trabalhamos.

8 – Parceiros:

Professores de Português e das outras disciplinas como a matemática, física, química, filosofia, história e outras disciplinas das turmas de EJA, e ou do Regular uma vez que se interessem e possam contribuir para melhorá-lo. A própria escola, CEF 308, 3º segmento da EJA e o fundamental regular diurno, podendo ser estendido a outras escolas de EJA, de ensino fundamental e ensino médio regular de Santa Maria. Também acredita-se na possibilidade de ir mais longe, todo DF e Goiás, às escolas em que os professores participam do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA.

9 – Orçamento:

O projeto usará textos xerocopiados, quadro branco, fotografia, gravuras, jornais, revistas, filmagens, filmadora, vídeos, cartolinas, datashow, televisão, palco, material usado da escola e que os alunos trarão de casa.

10 – Acompanhamento e Avaliação:

Com relação à avaliação do projeto, o que se usará é o bom senso, respeitando os falares estranhos, os mais ou menos cultos. Levaremos em conta, primeiramente, o interesse do aluno para com o tema trabalhado, o desejo de escrever, exprimir-se com relação ao preconceito vivido, a participação, assiduidade, compromisso ao projeto.

Essa parte é subjetiva, porque é mensurada também pela empatia do aluno para com o assunto trabalhado. O outro ponto é a escrita na correção dos textos produzidos por eles em sala e com orientação do professor. Nesta parte, vigorará o que Bagno (2003: 106) diz na novela sociolinguística, na fala de Irene, personagem central, como sugestão para nossa correção: “corrigir o que está inadequado, o que está ambíguo ou confuso, corrigir a escrita, mas não corrigiremos o que é natural, espontâneo, harmonioso e saboroso na fala”.

Na culminância do projeto, também se avaliará a apresentação dos cartazes com usos estranhos da língua em muros, carroças, camisetas, fachadas de lojas, trailers e outros, serão feitas a partir da “tradução” oral do que trouxeram. Os alunos serão avaliados a cada etapa do projeto, durante as reuniões de grupo, as conversas informais e,

individualmente, com a participação das atividades propostas. As professoras proponentes do projeto acompanharão e avaliarão os alunos participantes.

11 – REFERÊNCIAS:

Filmes:

Escritores da Liberdade , 2007, USA;

Mentes Perigosas, 1995, USA;

RAP, O Canto da Ceilândia. Adirley Queiroz. 2006, Brasil;

Música: Gabriel O Pensador, Preconceito é burrice (2003), Brasil.

Textos :

Módulo VIII- **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: Lições de Prática**; Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA, FE/UNB/CTARD

Módulo VII- **Atualidade do pensamento de Paulo Freire e as Políticas de Educação de Jovens e Adultos** por Machado, Maria Margarida); Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA, FE/UNB/CTARD

Módulo V- **A Base de uma Administração Autodeterminada: O Diagnóstico Emancipador** –. Garcia, R. M; Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA, FE/UNB/CTARD

Módulo X- "A construção do sujeito pela Educação: revisitando Paulo Freire" Martins, Leila Chalub. Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA, FE/UNB/CTARD

1º Fórum da UNESCO sobre Ciência e Cultura/Ciência e as Fronteiras do Conhecimento/Prólogo do nosso Passado Cultural; Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA, FE/UNB/CTARD

Proposta Pedagógica da Prefeitura de Porto Alegre. Linhas Críticas: Ciência e Sociedade: a Educação em Tempos de Fronteiras Paradigmáticas – Sá, Laís Maria B. M.; Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA, FE/UNB/CTARD

PROEJA- Formação Inicial e Continuada Documento Base Agosto de 2007. Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA, FE/UNB/CTARD

LIBÂNEO, José Carlos, **Perspectivas De Uma Pedagogia Emancipadora Face ÀS Transformações Do Mundo Contemporâneo**. Entrevista concedida ao Prof. Nivaldo A. N.David, em Goiânia, em 16/12/1997.

Livros:

BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália**: novela sociolinguística/16ª edição/ Editora Contexto,2008.

BAGNO, Marcos. **A Norma Oculta**: língua & poder na sociedade brasileira – São Paulo, Parábola Editorial – 2003.

BAGNO, Marcos. **O Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz – São Paulo/Editoras Loiola – 51ª edição/março de 2009.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**: pensamento e ação no magistério/Editora Scipione -2008/10ª Edição.

CARRASCO, Walcyr, **O caçador de palavras**, Editora Ática , 4ª edição,1994, SP.

CASTILHO, Ataliba- Revista Ciência Hoje- vol 31- nº182-maio/2002 in Bagno, Marcos2003: 184,185;

FERMÁNDEZ, Alicia- Revista Aprende Brasil- Ano 3-nº17-junho/julho de 2007:14;

FREIRE,PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2002

LUCCHIESI, Dante 2002. **Norma Linguística e Realidade Social**, pág 89, in BAGNO, Marcos (2003)

LUFT, Pedro Celso. **Língua & Liberdade**/Por Uma Nova Concepção da Língua Materna/Coleção Universidade Livre – Editora L & PM – 1995.

BORDINI, Maria da Glória. **O gigolô das palavras - Luís Fernando Veríssimo**, 1983, Editora L&m, Porto Alegre in Luft, Pedro Celso(1995:14);

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social**- 1986: 78 in Bagno, Marcos- 2003: 185,186;

VYGOTSKY, Lev . **Pensamento e Linguagem**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1989.

Revista Aprende Brasil – Ano 3 – Nº 17 – Junho/Julho de 2007, págs 14 e 15.

Revista Época – 26 de Abril 2010 Nº 623, pág 119.

Scherre,Marta Pereira. Entrevista sobre preconceito linguístico e variação linguística www.uff.br/cardenosdeletrasuff/36/entrevista.pdf